



Palestra

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA: PERCEPÇÕES DOS ATORES EM SOROCABA/SP

Gilsemara Vasques Rodrigues Almenara ¹

Paulo Gomes Lima ²

Resumo: O objetivo deste estudo na área de política e gestão da educação foi o de analisar as ações de monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Educação de Sorocaba/SP, com foco no controle social, sob a perspectiva dos atores envolvidos no processo. A metodologia foi desenvolvida por meio de pesquisa de cunho qualitativo, com entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado de questões. O tratamento dos dados realizou-se por meio da análise de conteúdos, sustentada em Bardin (1977). Contribuíram para a coleta de dados (03) três atores, sendo um componente da Equipe Técnica do PME, um membro do Fórum Permanente de Educação e um membro do Conselho Municipal de Educação. A pesquisa delimitou-se ao período de 2015-2020. Os resultados mostram que o município de Sorocaba apresentou descontinuidade de ações nas etapas de monitoramento e avaliação do PME e por consequência teve o controle social prejudicado, o que impacta diretamente na qualidade da educação, e na implementação de políticas públicas educacionais no município de Sorocaba/SP.

Palavras-chave: Controle Social. Gestão Democrática e Participação. Sorocaba/SP.

Introdução

O monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Educação do município de Sorocaba/SP, constitui-se objeto deste estudo. Sorocaba se destaca como uma das cidades mais populosas da RMS, merecendo uma investigação aprofundada, visto que, sendo o PME um documento que desempenha papel crucial para garantir que as políticas educacionais estejam alinhadas com as demandas da comunidade e as metas nacionais de qualidade e equidade da educação.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) campus Sorocaba/SP, membro do GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento e Gestão da Educação e supervisora de ensino da Rede Oficial de Ensino da Prefeitura Municipal de Sorocaba. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4535607952837426> . ORCID iD: .

² Docente do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e professor permanente da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba (UFSCar), São Paulo, Brasil. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5109357037661496> . ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9932-4934> .



O objetivo principal deste estudo foi detectar em que medida se deu o controle social, a gestão democrática e os mecanismos e estratégias no Plano Municipal de educação de Sorocaba/SP. Por meio da análise das percepções dos atores aqui selecionados como respondentes de entrevista semiestruturada, aprofundamos a compreensão sobre o processo de monitoramento e avaliação do PME. Para tanto, contribuíram para a coleta de dados (03) três atores selecionados sob os seguintes critérios: um componente da Equipe Técnica de Apoio do PME, um membro do Fórum Municipal de Educação e um membro do Conselho Municipal de Educação.

Por meio do “Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido”, que continha especificidades da pesquisa, identificação e contatos, objetivos, procedimentos, os pesquisadores solicitaram ao Secretário da Secretaria da Educação de Sorocaba, Márcio Bortolli Carrara, autorização para proceder a pesquisa, reiterando a permissão para pesquisar documentos e garantir o sigilo dos entrevistados. Em seguida o “Roteiro de Caracterização do Respondente” foi apresentado aos entrevistados, onde foram levantados dados pessoais. As entrevistas realizadas por meio de “Roteiro Semiestruturado”, foram agendadas em locais escolhidos pelos entrevistados, sendo uma delas pelo *Google Meet*, a contribuição com a entrevista foi tranquila e sem empecilhos. As entrevistas realizadas presencialmente, foram gravadas com permissão dos entrevistados, posteriormente transcritas e organizadas segundo análise qualitativa dos conteúdos, (Bardin, 2011).

O artigo está organizado em uma seção e três subseções, sendo: 1- O Controle Social no Monitoramento e Avaliação da Educação: espaço que trata o tema do controle social e define os eixos de análise das falas dos respondentes, enfocando o controle social, a gestão democrática e a participação, os mecanismos e estratégias que possam estar presentes na fala dos respondentes.

Este estudo destaca a importância do monitoramento e avaliação do PME como ferramenta essencial de participação e acompanhamento da melhoria contínua da educação em nível local, regional e nacional. Esperamos contribuir para a promoção de políticas educacionais mais eficazes e direcionadas em atender as necessidades específicas da região de Sorocaba/SP, ao mesmo tempo em que contribuem para o fortalecimento do sistema educacional como um todo.

O controle social no monitoramento e avaliação da educação

A busca por um sistema educacional equitativo e de qualidade é um dos desafios prementes enfrentados pelo Brasil, e o papel dos municípios nesse cenário é de fundamental importância. Os Planos Municipais de Educação (PMEs) desempenham um papel crucial na definição de



metas e estratégias para a melhoria da educação em nível local, alinhados ao PNE, ou seja, alinhados nacionalmente. No entanto, a eficácia desses planos depende não apenas de sua elaboração, mas também de um processo contínuo de monitoramento e avaliação para garantir que as metas sejam atingidas e que os recursos sejam alocados de forma eficiente. Neste contexto, o controle social emerge como um fator-chave para a eficácia do monitoramento e avaliação dos PMEs. O envolvimento ativo da sociedade civil, dos pais, dos professores e de outros atores interessados é essencial para garantir que os planos municipais de educação não sejam apenas documentos burocráticos, mas instrumentos vivos de melhoria do sistema educacional. O controle social promove a transparência, a responsabilidade e a participação democrática na gestão da educação, capacitando a comunidade a acompanhar e influenciar as decisões que afetam a qualidade da educação em suas áreas locais.

Neste trabalho, exploramos a importância do monitoramento e da avaliação dos Planos Municipais de Educação no contexto brasileiro, destacando a necessidade de incorporar mecanismos e estratégias eficazes de controle social. Investigaremos como os diversos atores podem desempenhar um papel ativo no processo, examinando as barreiras e os desafios enfrentados e propondo soluções para fortalecer a relação entre a formulação, a implementação e a avaliação dos PMEs. Ao fazê-lo, esperamos contribuir para o avanço de um sistema educacional mais inclusivo e de alta qualidade no Brasil.

Os Planos Municipais de Educação representam um compromisso formal dos municípios em direção ao aprimoramento do sistema educacional. Eles estabelecem metas específicas a serem alcançadas em um determinado período, dez anos especificamente, e delineiam estratégias para atingir essas metas. Esses planos têm um profundo impacto na qualidade da educação local, afetando desde a infraestrutura das escolas até os programas de ensino e a capacitação dos educadores. No entanto, a elaboração do plano por si só não garante seu sucesso. Monitorar e avaliar o progresso é igualmente crítico.

O controle social, entendido como a participação ativa dos cidadãos e suas organizações na supervisão e avaliação das políticas públicas, é uma ferramenta essencial para assegurar a implementação efetiva dos PMEs.

O encontro entre a gestão pública e o cidadão se dá no desenvolvimento do controle social, e contribui para que as decisões políticas ganhem transparência e confiabilidade, “a sociedade civil ganha assim um espaço no campo político” (Faria, 2006). No entanto, mesmo com todas essas características, o controle social enfrenta desafios significativos no contexto dos PMEs no Brasil, situações como: a falta de capacitação da sociedade civil, a



complexidade das políticas educacionais e a desigualdade no acesso à informação, podem dificultar a participação efetiva da sociedade. É necessário que esses obstáculos sejam revelados e tratados, a fim de garantir situações onde o controle social seja inclusivo e representativo.

Nas seções a seguir, observaremos a visão dos atores que participaram do processo de Monitoramento e Avaliação do PME do município de Sorocaba/SP, de forma a compreender como se deu a gestão democrática, a participação, o controle social, e os mecanismos e estratégias utilizados durante o período em questão. O quadro a seguir compreende o perfil dos respondentes:

Quadro 13: Perfil dos Respondentes

	REPRESENTATIVIDADE	GÊNERO	IDADE	ESTADO CIVIL	FORMAÇÃO ACADÊMICA
R1	Conselho Municipal De Educação	M	49	União Estável	Mestrado E Doutorado em Engenharia Elétrica. Livre - Docência em Robótica e Inteligência Artificial
R2	Fórum Permanente Municipal De Educação	F	43	Casada	Doutora em Educação
R3	Equipe Técnica De Monitoramento E Avaliação- Pme	M	44	Casado	Superior Completo

Fonte: Elaborado pelos Autores

Como já mencionado, foi realizado um roteiro semiestruturado para as entrevistas, que visaram deflagrar a visão dos entrevistados nas ações que envolveram o monitoramento e a avaliação do PME/Sorocaba, a entrevista também proporcionou oportunidade para que os respondentes pudessem falar a respeito das expectativas futuras do processo.

Na estruturação das respostas dos atores que colaboraram com a entrevista, sendo um componente da Equipe Técnica do PME/Sorocaba, um membro do Fórum Permanente de Educação e um membro do Conselho Municipal de Educação (C.M.E.SO), estas foram organizadas em eixos, de forma a favorecer a análise do conteúdo dos discursos:

- Eixo 1- PME de Sorocaba/SP e o Controle Social: constitui-se da observação das falas dos respondentes quanto ao acompanhamento da sociedade junto ao PME, na perspectiva de proposições no processo de Monitoramento e Avaliação do PME.

- Eixo 2- Gestão democrática, a participação como objeto de discussão acerca do PME de Sorocaba/SP: verifica-se nas falas dos respondentes as ações/ou não, que demonstrem a participação ativa e coletiva no processo de Monitoramento e Avaliação do PME.
- Eixo 3- PME de Sorocaba/SP, Mecanismos e Estratégias de gestão democrática: a análise das respostas das entrevistas, visa detectar meios(mecanismos) e formas (estratégias) de busca por uma gestão democrática nos encaminhamentos do processo de Monitoramento e Avaliação do PME.

Delineados os eixos de observação, na próxima seção, realizar-se-á diálogos entre a fala dos respondentes e as concepções dos autores que subsidiam a pesquisa, buscando elucidar os aspectos relacionados ao controle social, à gestão democrática e a participação como objeto de discussão, assim como os mecanismos /estratégias de gestão democrática apresentados no percurso do processo de monitoramento e avaliação do PME Sorocaba/SP.

O monitoramento e avaliação da educação do PME na perspectiva do Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação prima por seu papel articulador e mobilizador das demandas educacionais, e desempenha fundamentalmente as funções: normativa, deliberativa e consultiva. Em Sorocaba o C.M.E.SO (Conselho Municipal de Educação de Sorocaba), foi criado Pela Lei Municipal nº 4574/94, desde então atua entre ações exitosas, que podem ser caracterizadas por suas reuniões sequenciais desde sua inauguração, a criação de site com ampla transparência, mobilizações importantes no processo de elaboração do PME, e ações limitadas pela dependência do executivo municipal, uma vez que não possui verba própria para manter-se, muito menos funcionários para organização e apoio às ações desenvolvidas em seu interior.

Com esse amadurecimento vindo dos processos de mobilização e constituição do PME, o Conselho chega ao monitoramento e a avaliação do Plano. Os respondentes receberam o pseudônimo de “R”, no caso do membro do C.M.E.SO utilizou-se “R1”, o membro do FMPA utilizou-se “R2”, e o membro da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME, utilizou-se “R3”.

As entrevistas realizadas vai ao encontro do eixo 1, com as questões de número 2, 3 e 5; do eixo 2, com as questões de número 4 e 6; e do eixo 3 com as questões de número 1 e 7.



Quando questionado se houve articulação ou chamada do CME para que o monitoramento e avaliação do PME fosse realizado (questão 1), pudemos observar:

R1: Teve, não dá pra dizer que não teve, porém teve baixíssima efetividade. Vou tentar contextualizar, até pra ter um registro histórico. A gente teve uma normativa da prefeitura, após a promulgação do Plano, a gente teve um instrumento da prefeitura normatizando como seria a chamada para constituir essa comissão, essa comissão foi constituída, eu era membro dessa comissão. Na época a comissão entendeu assim: Nós vamos passar por muitos governos durante o plano, alguns mais alinhados, outros menos alinhados, assim a comissão na época entendeu que precisava definir exatamente o que seria monitorado e como. Porque é muito fácil você mudar um número na caneta, e a gente não gostaria que isso acontecesse, então o que que a gente pensou, eu falei, olha vamos criar uma regra, assim por exemplo: vamos monitorar o número de crianças em creche, o que é o número de criança em creche? é o número de criança em tempo integral ou é o número de criança parcial, ou conta a Criança especial, ou não conta, enfim criar uma regra, porque senão o governo que não esteja tão bem alinhado assim, muda a regra na caneta.

Nessa fala do R1 percebemos que a chamada para o monitoramento e avaliação do PME, iniciou-se com a organização da Equipe Técnica por meio de “*normativa da prefeitura*”, como citou R1, porém havia a preocupação do C.M.E.SO em garantir que o monitoramento e a avaliação do PME não sofressem alterações a cada mudança de governo. Essa relação entre Executivo e Conselho Municipal avança nos primeiros passos do processo de monitoramento e avaliação do plano, até mesmo porque em Sorocaba, o movimento de elaboração do PME trouxe avanços importantes no que tange os mecanismos e estratégias de gestão democrática do Conselho Municipal de Educação.

A Equipe Técnica foi formada por membros do C.M.E.SO e também representantes da Secretaria da Educação de Sorocaba, entre diretores de escola, supervisores de ensino e gestores educacionais, e se articula no sentido de organizar os primeiros passos do monitoramento e avaliação:

R1:[...] o trabalho da comissão foi começar a criar regras (depois eu até te passo o link do que foi criado a época) existem regras bem claras, digo que foi assim, um terço dos indicadores a gente chegou a estabelecer como é que ele seria. Nesse período começou nós estamos falando mais ou menos já de meados do governo Crespo, que foi um período em que o atrito entre o governo e o Conselho Municipal de Educação começou a escalar. Escalar por conta da questão do apostilamento que veio de cima para baixo e o Conselho não aceitou, foi ao Ministério público e de fato barrou né, o apostilamento. Então na época teve um Secretário (lá que era o meu esqueci o nome do rapaz).

Pesquisadores: André

André, exatamente o André, aí esses conflitos começaram a aumentar, e aí teve aquele processo de destituição de membros do Conselho na vigência do mandato né, ou seja, isso desarticulou o Conselho que estava numa crescente de trabalho. O Conselho teve a sua sede confiscada pelo governo, a gente ficou sem sede e aí o que aconteceu, parte da documentação, toda a documentação do Conselho começou a ter problema de guarda. Aí inclusive



né a parte da documentação do Conselho até hoje não foi recuperada, não se sabe onde está, e parte do histórico do plano dessa comissão está entre os documentos perdidos. Efetivamente isso trouxe um impacto para esse monitoramento, na época então as reconduções que essa comissão tinha um tempo, um prazo de validade que essas as pessoas foram destituídas, saíram, acabou o mandato e não teve a reivindicação que caberia a prefeitura fazer então, ou seja, esse trabalho começou a cair em desuso. Voltando a sua pergunta: você perguntou se teve alguma articulação. Teve essa articulação, esses indicadores se estabelecem, alguns desses indicadores são de fácil obtenção [...]

A fase a que se refere o respondente 1, foi conduzida pelo prefeito José Caldini Crespo, esse governo eleito em 2016, teve seu mandato de prefeito cassado em agosto de 2017, retornou ao cargo em outubro de 2017, depois que a justiça suspendeu decreto da Câmara. Essas situações ocorreram diante de várias irregularidades levantadas no período de sua gestão, e culminam com a cassação definitiva em 2 de agosto de 2019. Esses movimentos citados por R1 quanto ao desmonte do Conselho, foram evidenciados no decorrer da pesquisa, inclusive com registros de imagem. Esses procedimentos de represálias ao Conselho tinham relação com questionamentos reiterados dos conselheiros ao poder Executivo e seus posicionamentos frente a educação municipal, como por exemplo a aquisição de material didático com valores elevados, sendo que Sorocaba recebe gratuitamente, assim como os demais municípios do país, livros didáticos de qualidade, gratuitamente, advindos do governo federal.

Como já foi dito, o C.M.E.SO avançou durante a fase de construção do PME, ganhou espaços de voz e de participação social mais efetiva diante da credibilidade que conquistou, utilizando-se dos mecanismos e estratégias de gestão democrática que facilitaram e fortaleceram a participação cidadã, de outro lado o Executivo preferiu calar a voz do colegiado em questão por meio de desestruturação dos espaços e documentos internos do Conselho. Um momento sombrio que impactou nos procedimentos e rotinas de reuniões quinzenais, assim como em outras frentes como relata R1 ao ser questionado a respeito do chamamento para o controle social (questão 2):

R1: Para a execução do controle social ao que eu me recorde não houve chamamento. Houve uma manobra do poder público para que o Fórum não fosse instaurado. Então vamos lá, o que que diz a normativa que foi Flaviano (Secretário), na época que baixou, tem que chamar um fórum ok. Nós tivemos uma comissão que concebeu como é que Fórum seria, e para comissão organizadora desse Fórum, a gente estabeleceu algumas cadeiras né algumas cadeiras vinham do próprio Conselho Municipal, algumas vinham da SEDU e apareceu sabe lá porque cargas d'água né, cadeiras que eram de indicação do chefe do município, do estado e da união, sei lá por que que apareceram essas cadeiras. Muito bem! Oficiamos o prefeito, o governador e o ministro da educação, solicitando gentilmente indicações, e essas indicações não retornaram, ao menos que eu me lembre, e isso foi na verdade



usado a época como argumento para não constituir a comissão, tá faltando membro eu não posso nomear a comissão com membros faltantes. Então esse impasse ficou no governo Creso, aí teve todo processo de dissolução do Conselho que impactou um ano, dois anos, três anos forte no trabalho, porque primeiro não tinha Conselho depois não se sabia quem eram os conselheiros porque o a câmara voltou parte das pessoas, e aí precisava de Decreto, quando a Jaqueline entra ela arredonda isso, ela ripristinou o decreto anterior, ou seja, deu validade ao Decreto que tinha sido des decretado mas aí, o Conselho tinha pessoas e não tinha instrumento de trabalho, não tinha documento não tinha sede, não tinha funcionário, você não faz nada então assim a gente foi inoperante por um bom tempo.

Percebe-se na resposta acima, que o chamamento para o controle social ficou fragilizado diante dos movimentos do poder Executivo da época, emperrou os processos para se estabelecer o Fórum Municipal de Educação e enfraqueceu as ações contínuas do C.M.E.SO com relação a transparência, seus registros, processos, os conselheiros levaram tempo para restabelecer os mecanismos e as estratégias de gestão democrática que vinham ganhando espaço no colegiado. Pois é a mobilização social, sem dúvida um dos grandes desafios do Conselho. Preocupado com o resgate das condições plenas do Conselho o respondente manifesta:

R1: E hoje a gente rediscutiu isso, até durante o mandato da Ana (Presidente do Conselho), a gente fez uma rediscussão disso, e agora onde está o empasse, a gente não localiza mais os documentos a época com a constituição das pessoas que foram eleitas a gente não conseguiu localizar nem exatas e nem eles são eleitoral ou seja o trabalho se perdeu. Hoje as Atas ficam no site, que são o lugar mais seguro para estar, o fato é que foi muito fácil desarticular o conselho né e por mais que a gente tenha feito denúncia no Ministério Público, não teve uma punição compatível com o tamanho do estrago, de um conselho de 25 anos.

Ainda falando a respeito do controle social, os pesquisadores perguntaram se houve reuniões com o objetivo de clarificar a importância do controle social quanto ao monitoramento e avaliação do plano municipal de educação (questão 3), e a resposta foi:

R1:Eu diria que não foram feitas reuniões com esse objetivo explícito não foram convocadas e não específico, mas que essa importância é clara pelos membros do Conselho me parece que sim, agora de novo ela esbarra em interesses né, porque nem sempre é do interesse da gestão que haja essa discussão, porque a gente tá num momento em que as políticas públicas não são discutidas, elas são... vai rodando que nem um caminhão e atropela, então a própria rede não é chamada para discutir nada, você sabe pelo Diário Oficial que apareceu uma compra de não sei o quê, uma compra de outra coisa, e o caso da robótica é muito dolorida pra mim, porque é minha área de trabalho, eu sou pesquisador do CNPQ e em robótica, em difusão científica de robótica, sou fundador da Olimpíada Brasileira de Robótica, mostra nacional de robótica, eu trabalho para incentivar isso, e eu sou a pessoa que teve que entrar na justiça pra barrar isso (risos).

Os meios e as formas de gestão democrática são itens importantes e ganharam destaque nas entrevistas nas questões 4 e 6. Para além desses desencontros entre o Executivo e as



proposituras de mecanismos e estratégias do C.M.E.SO, com relação à discussão da avaliação do plano quanto a regularidade, propósitos e encaminhamentos, (questão 4), se deu de forma que:

R1: A gente nunca chegou a fazer uma avaliação propriamente dita, porque a gente nunca conseguiu juntar os números suficientes para isso, então nós nem chegamos nessa fase. Então, nós não chegamos a pedir explicitamente os dados pra as pessoas, inclusive acessando o site do C.M.E.SO, observamos que tudo que existe, em termos de indicadores foram os itens de Gestão democrática Educação Básica, é um início de trabalho, início de um bom trabalho, que eu acho, se tivesse implantado, seria um trabalho primoroso, que eu não vi em nenhuma outra cidade, só que infelizmente, não teve seguimento.

Pesquisadores: Percebo no processo um ofício da equipe Técnica, oficiando que diante da falta de dados, pararia o trabalho.

Na verdade, foi um resguardo de minha parte, poderia ser acusado de estar boicotando, não! Tenho todo interesse em fazer, agora o Conselho não tem pessoas, não tem dinheiro, não tinha sede, não tinha nem documento (risos), então, vou fazer com o quê?

É obvio que a estrutura tem que ser provida por quem tem a “caneta”, isso no fundo é a maior fragilidade, que é você ter uma instituição, que tem a obrigação de fazer, mas não tem os meios para, por isso que a dotação orçamentária é uma coisa tão importante. A instituição que tem dever de fazer, ela tem que ter destinação financeira própria, nem que seja pouca coisa, mas pra você conseguir ter os meios de fazer, eu não posso outorgar pra você fazer, mas o dinheiro é do outro.

Na fala anterior o Conselheiro mostra que diante da falta de dados, existiu um receio de que o Conselho e a Equipe Técnica fossem acusados de falta de compromisso com o monitoramento e a avaliação do PME e principalmente da ausência de participação e controle social, que por ventura não teriam sido mobilizados pelo CMES, diante disso a Equipe Técnica solicita o encerramento dos trabalhos, como já citado anteriormente, enfatizando que: *Considerando que até presente data estes indicadores ainda não foram reunidos, uma eventual avaliação do PME neste momento fica prejudicada*. Assim a falta de empenho do em disponibilizar dos dados foi o maior impeditivo para o prosseguimento das ações. Dessa forma o entrevistado entende que a participação do Conselho no controle social do PME, foi:

R1: Figurativa. De uma forma geral, o PNE, deixou inclusive após o Golpe de ter prosseguimento, foi ignorado, a gente tá em vias de discutir um novo plano, sendo que esse plano não aconteceu. Nenhum município foi cobrado efetivamente, a coisa teria um outro rumo se ao final do segundo ano, alguém batesse na porta, e dissesse: olha cadê a avaliação de vocês? Isso não partiu do governo federal, uma ação de cobrança desses planos, então isso é uma falha estrutural grave, que está dentro de uma conjuntura de esfacelamento das instituições democráticas do país, a partir do Golpe de 2016. Acho que foi tudo uma conjuntura, onde a política inibiu qualquer ação técnica de mobilização.



Um desmonte em todos os níveis neh! Porque a Educação Superior tinha um sistema de avaliação rigoroso, fui avaliador por muitos anos, a gente tinha treinamento, ia em locu nas instituições, isso acabou, então é um esfacelamento generalizado da educação, que faz parte de um projeto, que infelizmente foi implantado no país.

A gestão democrática perpassa por todas as questões da entrevista, trazendo um olhar efetivo de percepção sobre seu pleno estabelecimento, ou justamente o contrário, a não efetivação de uma forma de gestão que nos garante voz e vez da sociedade nos processos decisórios da educação. A questão 6 da entrevista, com foco no eixo 2 de análise, visa tal aspecto, quando questiona a importância do C.M.E.SO no monitoramento e avaliação do PME/Sorocaba, e o respondente diz:

R1:Acho enorme, porque assim, o Conselho é um Fórum que reúne pessoas com visões diferentes, então quase metade dos membros vem eleito pela comunidade. Eu diria que é o único local onde não existe o domínio pleno da gestão, assim é extremamente importante que esse órgão tenha representatividade para uma discussão, e mais do que fazer uma discussão preliminar, apontar problemas e fazer o chamamento, brigar pelo chamamento da comunidade, colocar a comunidade em movimento, para que essa leitura seja feita pela comunidade. Não adianta nada, a gente fazer o que quer que seja, elaborar um documento e não se apropriar dessa discussão, tem que chegar lá na merendeira, bom, o que que tá faltando, por que que tá faltando isso? Porque que tá quebrada a janela aqui faz 6 meses? Será que porque gastaram 26 milhões em robô que ninguém tá usando? Se essa discussão não acontecer, não terá melhoria. Eu acho o papel do Conselho muito importante, acho que seria muito importante que todas as cadeiras do Conselho, fossem eleitas, ou quase todas, mas que ainda seja quase paritário, ainda assim é uma das instituições mais importantes pra fazer esse acompanhamento. Infelizmente não ocorreu como deveria ser no município. Ele deveria ser feito pelo Conselho, pelo Fórum e pela Câmara, e se eu não estiver enganado, ninguém fez.

Pesquisadores: O C.M.E.SO desenvolveu um processo tenso, porém legítimo/democrático na construção do documento do PME, e na hora de finalizar, sofreu a descontinuidade?

A educação tomou uma porretada, e começa já quando o recurso do pré-sal é votado, a Dilma na época queria destinar o recurso pra educação, justamente para isso ser implantado, e aí é onde começa a dar ruim e vem todo o desmonte.

Borges (2022, p.151), pondera que, os conselhos de educação devem insistir no diálogo contínuo e cotidiano junto à sociedade, com o objetivo de levar seus interesses e necessidades aos centros de controle político do Estado, e conseqüentemente contribuir para a construção de uma perspectiva de participação como prática educativa, mobilizando cada vez mais os atores sociais, trabalhando no sentido de fiscalizar a atuação do poder público na efetivação dos interesses e necessidades sociais, participando ativamente de todas as etapas de implementação das políticas públicas educacionais, desde o processo criativo até a execução e fiscalização destas políticas. Dessa forma buscar a educação de qualidade, com



a participação cidadã, legítima e de representatividade, constituindo-se realmente por meio de uma gestão democrática.

A questão 7 enfoca o eixo 3, e coloca para o entrevistado, quais ações, ou quais mecanismos e estratégias, o C.M.E.SO deve propor para cumprir o seu papel de controle social no PME de 2025-2035, e assim se posiciona o respondente:

R1: Eu acho que falta muita infraestrutura, se não houver infraestrutura pra isso acontecer dificilmente vai acontecer de forma correta [...]. Ao meu ver é impensável a gente achar que cada município do país vai constituir um banco de dados próprio, que vai organizar esses dados, quem compõe o Conselho são educadores que não tem formação pra fazer isso, então ao meu ver, a coisa zero que tinha que acontecer é algum tipo de estrutura computacional ou de gestão que partisse do governo federal: "Estamos colocando a disposição a plataforma dos Conselhos Municipais de Educação", sem uma base desse tipo, onde até muitas informações já venham prontas, porque é muito fácil você pegar as próprias informações das prefeituras e já devolver, é factível, esses são os números da sua cidade, é factível um sistema dessa magnitude, você tem que desenvolver um só para o país inteiro, a partir dos dados do Mec, isso é muito mais crível ao meu ver, do que cada município fazer isso por conta própria – não vai!

Se Sorocaba, uma das maiores cidades do país, não conseguiu fazer, não são as pequenas que vão conseguir certo? Acho que essa infraestrutura de base tinha que ser fornecida, sem isso nada mais acontece.

Um segundo ponto, que acho ser uma questão cultural de Sorocaba. Em Sorocaba tudo passa pelo prefeito, quando não é necessário que muitas das designações de CME, tenham respaldo do Executivo, do prefeito pra nomear, fazer, chamar, isso poderia ser feito pelo próprio CME, mas ai de novo, ele precisa ter toda uma infraestrutura pra isso, precisa estar no organograma, precisa ter autorização pra mandar uma coisa pro jornal do município diretamente, enfim. Essas são as questões de logística que vejo como muito importantes. E aí há questões de ordem política igualmente importantes, eu acho que os CMEs deveriam ter todas as cadeiras eleitas, eu realmente acho isso, é muito importante o Secretário da Educação ter assento, como tem no colegiado, o colegiado tem que ser uma instituição que dialogue com o executivo. Não pode ser nem um cartório que carimbe decisões do Executivo e nem o opositor, tem que ser a instituição que vai dialogar. E essa ação de Controle Social efetiva do colegiado, depende de uma mudança efetiva de legislação, porque a gente tem uma lacuna de legislação a legislação diz o Conselho tem que existir, ele tem que fazer as coisas, mas as coisas acontecem na prática, ao lado do Conselho, as coisa não passam pelo Conselho, teria que instituir a obrigatoriedade de tramitar as coisas pelo conselho, isso pode representar uma ruptura cultural pro ensino fundamental, médio talvez, mas é assim que funciona para o ensino superior. Quem é a maior autoridade dentro de uma universidade? O Reitor? Não, é o Conselho Universitário que manda, o Reitor é o executor das políticas do Conselho Universitário, o Conselho é o maior órgão, na USP, UNESP, UNICAMP. Portanto o maior órgão do município deveria ser o Conselho. O Conselho instituiu a política X, colega Secretário, não sei o que você pensa, mas a política em vigor nesta cidade, é esta, e esta política que o senhor tem que implementar. É a única forma de ter um controle social efetivo que eu consigo visualizar [...]

Um Conselho de Educação é, antes de tudo, um órgão público voltado para garantir, na sua especificidade, um direito constitucional da cidadania, com esta frase de Cury (2006), destacamos que especificamente o colegiado avançava significativamente em seus mecanismos e estratégias de gestão democrática, pois o amadurecimento das ações foram conquistados nos embates da elaboração do PME 2015-2020 de Sorocaba. O entrevistado ainda esclarece, sob o ponto de vista da relação, Secretaria da Educação e C.M.E.SO:

R1:A gente teve Secretários da Educação, muito abertos ao diálogo, mas isso não pode ser uma benesse, é obrigação dele dialogar, ele tem que fazer isso, mas isso não está escrito em lugar nenhum, tá escrito que ele pode fazer o que ele quiser. Toda vez que a gente recorreu ao MP, a gente esbarra nessas questões, bom mas enfim o ordenador de despesa é o Secretário, mas o definidor da política é o Conselho, mas o Secretário decide coisas sem estar alinhado com a política, então não funciona.

A última grande mobilização que tivemos foi o PME, de lá pra cá, houve uma desarticulação muito grande da rede, em boa medida isso é falta de chamamento, de discussões, de reuniões. Tivemos uma série de governos muito complicados, governo Cresso que caiu, depois Jaqueline aos trancos, o Manga com uma relação complicada com a educação. [...]

Diante do exposto fica evidente o quanto o poder Executivo interfere no caminhar das decisões da educação municipal, claro que esse posicionamento deve existir, porém é necessário que a sociedade seja ouvida com legitimidade, em espaços organizados para tal, como o Conselho Municipal de Educação, e que este colegiado possa exercer a mobilização necessária, instrumentalizado para tal, e ter um canal de escuta com o Secretário da Educação, afinal é de qualidade que falamos, e a qualidade que buscamos, enquanto estivermos a mercê dos governos, não faremos jus aos planos que ofertam a proposta de dez anos de metas e estratégias a serem cumpridas.

Com as definições resumidas no próximo bloco, é como o entrevistado vislumbra o aperfeiçoamento do próximo processo de monitoramento e avaliação do PME em Sorocaba 2025-2035:

R1:Acho que em síntese é isso, a questão técnica tem que estar respaldada, eu fui presidente do Conselho, um monte de tempo, sou conselheiro e não consigo ter acesso a dados. Eu preciso saber dados como: quantas crianças tem matriculadas hoje, quantas no ano passado. Enfim, se não tenho acesso a dados, tenho que acreditar no que me falam. Enfim, questão dos dados, questão da composição do Conselho e questão da efetividade do entendimento dos colegiados como a instituição maior gestora definidora de políticas e administrativas, isso é o ponto central. Alguém pode achar que essas coisas em algum momento conflitam, mas não conflitam. O colegiado define a política e o Secretário executa aquele político, não pode criar a política da cabeça dele, e deixar as políticas desatendidas.

Superar as práticas elitistas é um dos desafios para o pleno funcionamento dos Conselhos de Educação, assumindo o seu real papel de mobilizador da sociedade, expandindo a participação com voz e vez, e assim concretizar a participação e o controle social.

O monitoramento e avaliação da educação do PME na perspectiva do Fórum Municipal de Educação

Independentemente da situação posta no município, torna-se necessário que o Conselho Municipal de Educação (CME) e o Fórum Municipal de Educação (FME) sejam partícipes da comissão, contribuindo assim com a mobilização e a participação social no processo (Brasil, 2016a). Essa proposta trazida pelo Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação, se apresenta como indicadora da importância e da necessidade de se constituir instâncias que caminhem no sentido do controle das políticas públicas necessárias para a efetivação das metas e estratégias do PME.

Da mesma forma, e com as mesmas questões utilizadas para “R1”, foi também entrevistado “R2”, que é Membro do Fórum Municipal de Educação. Nesse sentido, ao ser questionado sobre a articulação do Fórum com relação ao monitoramento e avaliação do PME de Sorocaba, observamos:

R2: Eu acho que a primeira diferenciação que é preciso fazer é que nós constituímos o Fórum Popular de Educação antes do Fórum Permanente. Naquela época alguns membros queriam que aquele Fórum fosse reconhecido institucionalmente, oficialmente pelo poder público, pelo executivo, porque é o Executivo que nomeia esse Fórum Municipal, então alguns membros queriam que fosse identificado, fosse reconhecido como Fórum Municipal, mas aí nós fizemos uma análise na época, tem ata sobre isso, deliberamos que não seria o mais prudente porque nós estaríamos conectados com o poder público, no sentido do Executivo ter nomeado né. Então não queríamos ser um braço do Poder Executivo porque nós éramos o movimento popular então não queríamos perder essa característica de movimento popular, mas queríamos compor, fazer parte do fórum Municipal. Foi quando nós começamos a questionar a existência desse Fórum, como é que isso se daria, começamos a mobilizar um pouco mais também a Secretaria de Educação e aí o Conselho Municipal de Educação junto à Secretaria fez o chamamento para ter uma eleição e constituir o Fórum Municipal.

Pesquisadores: Encontrei fotos desse momento no site do C.M.E.SO, mas nenhum registro.

R1: Isso. Ninguém acha essa ata, ninguém acha nomeação das pessoas, quer dizer, os eleitos naquele dia. Eu fui uma eleita, estava representando o Ensino Superior privado, como professora da UNIP, eu não estava como membro da Secretaria da Educação. Eu queria fazer parte, como vimos lá que várias pessoas, que só tinham vínculo com a rede municipal, também queriam fazer parte, Cristina de Deus, Odirlei, Fábio, então como nós vimos que eram muitas pessoas querendo fazer parte, e elas tinham só um vínculo que era a rede municipal, e eu tinha dois, então eu abro mão e vou pela Unip. Eu fui eleita, enfim. Então, foi feita toda documentação, ata de eleição, os nomes. Ai o que teria que ser feito? Enviado ao poder Executivo, para que este fizesse a nomeação, publicasse a nomeação. E nós ficamos esperando.

Cobrávamos, lembro que a professora Rosana (Ufscar), também fazia parte, a Iara (vereadora), então eram muitas pessoas do Fórum Popular, que tinham sido eleitas e também outras pessoas que não eram do Fórum [...].

“Ninguém acha essas atas”, nessa frase R2 compactua com R1, ao revelar que na realidade, houve sim a eleição do Fórum, porém alguns obstáculos e embates, impedem que o Fórum assumira seu papel no processo de monitoramento e avaliação do PME. Com um processo legítimo de eleição, os eleitos aguardam nomeação, porém a falta de documentos comprobatórios e como relatado por R1, ausência de membros de indicação do Executivo, o Fórum não se concretiza.

R2: Naquela ocasião constituíram a equipe de monitoramento, que foi constituída na verdade internamente, inclusive o Márcio (Secretário da Pasta, até poucos dias), faz parte, Gilmar fazia parte, não me lembro mais quem, mas era uma comissão ali, interna. Essa Equipe começou a trabalhar em cima daqueles dados, não sei se você lembra, ou se recorda, quando a gente terminou o plano municipal, tem um anexo que colocamos alguns apontamentos para o monitoramento.

Pesquisadores: Isso eram os indicadores?

R2: Eram os indicadores. Esses indicadores o Alexandre achava que, só alguns apontamentos, para que a equipe, ou o Fórum Municipal, pudesse partir de alguma coisa, mas lógico que precisava de um aprofundamento, enfim. Precisava da coleta dos dados, começaram a trabalhar, fizeram um, montaram mais alguns indicadores, inclusive começaram a produzir, e consta no site do C.M.E.SO (educação básica e gestão democrática). Aí nesse movimento de que no governo Crespo sai, volta, sai e volta, essa comissão se perdeu, parou de trabalhar.

Nós também não fomos nomeados, a gente falava, ninguém fazia nada, enfim passou.

Aí veio o governo da Jaqueline com o Wande (Secretário), foi um momento conturbado, na verdade, vou falar diretamente eu, eu estava muito envolvida com o Fórum, cobrando muito, quando, nessa época de saída do Crespo e chegada da Jaqueline, me envolvi muito com a pauta do suporte pedagógico, da redução da jornada, vivi isso integralmente. Dormia e acordava pensando em formas de resolver isso, eu falei muitas vezes com todo mundo que você pode imaginar, com todo mundo! Então não me cansei de seguir essa pauta, e acabei deixando de lado a outra (Fórum).

Pesquisadores: Acredito que se envolveu com outra pauta porque o Fórum não se concretizou, o que pensa?

R2: É, e até interessante um aprendizado pra gente, que a gente não consegue individualmente talvez até como movimento seguir muitas pautas, você não tem força pra isso. Então por exemplo, uma organização institucional tem, sindicato, Fórum, quer dizer, trabalha diretamente pra isso. Quando é uma pessoa, você segue pautas, mas não tem força/ tempo para se dedicar integralmente para diferentes pautas ao mesmo tempo. Eu sinto que fui deixando um pouco e isso foi se perdendo. Me lembro que naquela ocasião a professora Carla Carrochano, fiquei angustiada pelo Fórum parar de reunir, e ela fez uma observação de que o movimento social é assim, é temporal, ele surge, ganha força por uma determinada demanda e pulveriza, se dissipa, faz parte. Tem hora que ganha mais corpo, tem hora que não, mas isso me incomodava, incomoda até hoje na verdade, vou dizer que é uma frustração que ficou.

Os movimentos sociais em sua essência, rompem com o paradigma do poder decisório de cima para baixo, firmam um ideal de emancipação política e econômica. Sem dúvida, o FME tem grande relevância nos movimentos sociais e de gestão democrática da educação, é um mecanismo imprescindível, um espaço estratégico de participação, que oferece oportunidade de observação e inferências pontuais na busca pela educação que todos almejam. Sorocaba, ao ter esse processo interrompido, perde o espaço de debates e embates que contribuem com novas perspectivas, tomadas de decisão e mudanças de direção. O R2 continua sua fala sobre esse momento, pós eleição do Fórum, que não se constituiu:

R2: Como me envolvi muito com a questão do suporte, foi uma época em que 2020, veio a pandemia a Secretaria da Educação, bem estranha, então realmente isso não foi pauta, isso não foi falado. Ai veio o governo do Manga, e no governo dele havia plano de retomar o Plano Municipal, eu lembro disso. Ai pensei é uma brecha pra retomar a questão do Fórum. Nisso assumo a presidência do Conselho, e digo, vamos fazer isso, mas ninguém acha nada. A Margarete, estava como assessora pedagógica, compôs nova comissão, eu fiz parte, nos chamou em uma reunião, mostrou que a única coisa que tínhamos eram as duas metas, processo não foi encontrado. Margarete disse: precisamos retomar, o documento que nós tínhamos de indicadores, da época do plano, não estava no processo. Ai eu mandei pra ela.

Pesquisadores: Essa seria a análise inicial do plano? Parte B do monitoramento e Avaliação do Plano?

R2: Sim, só mandei o que a comissão paritária havia feito na época do PME, e disse: a gente só tem isso. Ai ela falou: então vamos partir desse documento para fazer o monitoramento, ai ela me chamou mais uma vez, a convocação foi cancelada, e nunca mais chamaram novamente

Pesquisadores: Então não houve articulação do Fórum com o monitoramento do Plano?

R2: Não houve nem a constituição legal desse Fórum.

Na continuidade da entrevista, a questão enfoca se houve chamamento para o controle social do PME pelo Executivo Municipal, ou se pelo próprio Fórum:

R2 :A Foi feito chamamento só daquela comissão (equipe), que era interna, então não houve um chamamento público e quando houve não se consolidou, quer dizer houve esse chamamento, para eleger o Fórum que não se consolidou.

Não é inacreditável que isso tenha sumido? Só isso?

Pesquisadores: Foi no governo do prefeito Crespo que esses fatos ocorreram? No mesmo momento onde o Conselho perdeu a casa ficou desconfigurado com reuniões mal estruturadas um ambiente mal estruturado.

R2: E aí eles pegaram os documentos, acho que eram a Dani o Alexandre a Ana, O Alexandre conta que levou todos os documentos na época que estava o Wande, a Laurita e a Vanessa, ele entregou para a Laurita, que falou que guardou naquele salinha ao lado do auditório, sabe aquela lá do lado? Nunca mais ninguém achou. A Parê foi lá pra procurar, a Tichy também, Alexandre, assim não se constitui o Fórum de forma legal. Nenhum registro oficial.

O Respondente se mostra contrariado com a desarticulação que ocorreu com o a eleição do Fórum, aos poucos os passos para o monitoramento e a avaliação do PME vão enfraquecendo. O controle social, tão necessário para que a sociedade efetivamente seja representada nas decisões, não correm. O Fórum é um mecanismo de controle social que vai ao encontro das demandas da sociedade. Ciente de que o FME é um mecanismo importante de controle social, a questão número três, da entrevista, busca saber do entrevistado se houve reuniões para clarificar a importância do controle social quanto ao monitoramento e avaliação do plano municipal de educação em Sorocaba, e a resposta se dá:

R2: Eu lembro que só foi falado, assim com bastante ênfase, nesse finalzinho quando nós estávamos redigindo o documento final ali foi falado, Alexandre falava muito que os indicadores são importantes para o acompanhamento do PME, que vai ser feito por outra equipe. Porque aí se encerrava o nosso trabalho e se nós quisermos fazer parte dessa equipe coordenadora, assim como do fórum, isso seria outro momento.

Mas uma coisa que eu queria chamar atenção que até me esqueci de falar na pergunta 1, que nós não podemos perder de vista que também houve um movimento político Nacional que desmonta o Plano Nacional. Quando Temer assume e depois vem Bolsonaro, no finalzinho do governo Temer, quando eu entrei no observatório do Plano Nacional já percebi que muitos dados nacionais não estavam mais lá, prioritariamente me chamou atenção os dados da Meta 20, que era do PIB destinado para educação, que na verdade tanto no nacional, como no plano estadual, e no Municipal houve ali uma expectativa uma perspectiva de crescimento de investimento na educação que se não se efetivasse, nenhuma das outras dariam conta de se efetivar porque é a partir de investimento, então aumentando o investimento do Plano Nacional e estadual, consequentemente Municipal nós teríamos mais condições de realizar as outras estratégias principalmente dessa meta a gente não tinha nenhum dado Nacional na Observatório.

Numa perspectiva Nacional houve também um desmantelamento do plano, eu percebi assim que se o governo federal não dá mais credibilidade para o plano nacional não leva ele como algo assim- uma lei, eu não preciso dar conta disso os outros entes também não deram importância, porque é diferente por exemplo olha agora tem uma base Nacional do Governo Federal, tem uma base vocês vão ter que se adequar. Mas se perdeu o Plano Estadual, então os municípios também nem falavam mais de plano.

Pesquisadores: Então para além das questões políticas do município, na sua opinião também houve um posicionamento nacional?

R2: é, isso mesmo.

Os respondentes 1 e 2, destacam a questão de um movimento nacional de desmantelamento dos Planos, tanto do Plano Nacional, como Estaduais e Municipais. Para além dos debates e embates ocorridos em Sorocaba, em âmbito nacional os entrevistados discorrem sobre um desinteresse generalizado. Não só o município fica a mercê de ações episódicas, mas também os demais entes federados em caso de real desmantelamento desse documento norteador, que se constitui instrumento objetivo de gestão democrática.

Evidencia-se então que até por não estar legalmente formado o FME, não houve consolidação de reuniões para clarificar a importância do controle social quanto ao monitoramento e



avaliação do plano municipal de educação em Sorocaba. Na sequência da entrevista, a quarta questão se refere a orientação do Fórum quanto à discussão da avaliação do PME, levando-se em conta: regularidade para discussão, propósito e encaminhamento.

R2: Penso que já foi respondida nas anteriores. Não tivemos ação, o Fórum não se constituiu.

A participação do FME no controle social do PME, (questão 5), para o respondente foi:

R2: Penso, que não existente, porque não houve.

Pesquisadores: No processo físico que se encontra na Secretaria da educação, ainda percebo uma insistência da Equipe técnica no prosseguimento das ações, porém diante da instabilidade do momento político, as ações se encerram. R2: Tinha isso? Desconheço. Interessante que o PNE é do governo da Dilma, é desse tempo de governo petista.

Pesquisadores: Na verdade se inicia com Fernando Henrique Cardoso, e passou para o governo Dilma que demorou na aprovação, alterando até mesmo a data de 2010 para 2014.

É, agora ele volta a pauta, é uma preocupação deste governo (Lula), então assim, agora vão retomar de novo. A CONAE, ano passado já sinalizou que o plano seria revisto.

De fato, para a elaboração do PNE, 2014, em 2009, inicia-se direcionamentos nacionais com o objetivo de efetivar a CONAE, Conferência Nacional da Educação, que apresentou durante o seu processo, ampla participação da sociedade civil, sendo na medida do possível desenvolvida numa proposta democrática de participação. Como já sinalizado anteriormente no texto, Sorocaba foi um dos polos de organização desse movimento. A importância do papel do Fórum Municipal de Educação no monitoramento e avaliação do plano municipal de educação do município, foi a discussão levantada na questão de número seis, assim se posicionou o respondente:

R2: Vou reiterar, porque falei sucintamente, mas é a questão de ter um grupo oficial institucionalizado trabalhando diretamente com essa pauta. Faz toda a diferença, não é, ah hoje eu quero discutir essa pauta, ah não quero mais a partir de amanhã. É um grupo que tem que existir para esse fim, de pensar esse plano, de articular esse plano de pensar esse monitoramento esse acompanhamento desse plano, enfim. Então a importância se dá quando se institucionaliza um grupo que tenha prerrogativa de cuidar diretamente, com reuniões periódicas, aí você tem os dados ali. É a mesma coisa do C.M.E.SO, tem lá as complexidades, as diversidades, mas é institucionalizado, tem reuniões frequentes, que você tem que justificar se não for, tem pautas, tem demandas, tem um foco, para além da nossa vontade. Por isso para começar a dar certo tem que se institucionalizar esse Fórum.

O monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação do município de Sorocaba pode ter novas reflexões e propostas para o período de 2025-2035, na sétima questão pergunta-se ao respondente: Nesse novo momento, que ações devem ser colocadas em prática pelo Fórum para cumprir o seu papel de controle social?

R1: Primeiro ter o Fórum (risos)... Porque não tem o Fórum, e retomar todo esse trabalho. Agora com esse novo grupo, Odirlei está fazendo parte, junto



com Parê, eu estava vendo que já tem outros apontamentos, até é importante olhar e já atualizar os apontamentos, nesse processo muitas coisas se perderam pelo caminho. Resgatar o Fórum é essencial para mapear o que deu certo ou não e até rever as estratégias, mapear as ações que deram certo e quais não deram certo. Uma das metas por exemplo trata de aquisição de livros, e hoje com a internet e lousa digital, coloca a escola de forma diferente, muito material será substituído pelo audiovisual, ao invés de investir em material físico, será substituído por internet. O contexto hoje traz facilidades que 10 anos atrás não havia.

Reitera-se nessa fala a necessidade de institucionalizar o FME, abrindo espaço para a participação da sociedade como um espaço legal de debate político que dispões de mecanismos e estratégias de controle social.

Sabe o que eu queria dizer falando do Conselho, sei que a sua colega de profissão, mas assim ó, a mesma observação que você fez da Fernanda, eu me preocupo com a presença do executivo no C.M.E.SO, talvez a gente também não possa garantir porque certamente O Poder Executivo vai pensar numa composição, que se fosse paritária ok, como foi na época do plano, mas com uma constituição como a do Conselho, porque na verdade nós temos 18 cadeiras e 10 é do executivo, notório saber, e 8 é por parte de eleição da diretoria de ensino enfim. Quando há uma oscilação do governo troca de secretário e saída de algumas pessoas nós ainda temos uma chance de uma maioria da sociedade civil mas nem sempre é assim, e hoje me incomoda particularmente a Parê liderando esse movimento de monitoramento porque ela é um braço do governo e responde e defende com unhas e dentes esse governo. Então assim me incomoda eu não sei o que que vai ser que vai aparecer de fato, como agora na prestação de contas, nós fixemos um documento no ano passado, mas pelo que eu percebi o movimento ainda não foi fechada a conclusão, vai ser agora no retorno do recesso, mas eu sinto o movimento de você assim tá tudo legal então vamos falar que tá tudo muito bom nesse governo, tem que estar bom então tenho receio. Ter representatividade de fato da sociedade civil no Fórum, se não o que o governo quer vai acontecer. Então, assim uma entidade que teria uma voz mais democrática de participação social, que é o que a gente quer, acaba se perdendo. O próprio Conselho se ressignificou com o movimento da construção do PME, o Alexandre falava, a gente começou a perceber que não era algo caseiro, e quem estava de fora passa a valorizar a função deliberativa do Conselho, até então não tínhamos esse olhar, o Conselho é um espaço importante, começamos a querer ocupar esse espaço, que inclusive passa a ter uma estrutura mais transparente e ganhou um respeito. Eu fiquei um ano na presidência, muitas questões de sindicato ou Sedu, ninguém resolve isso, mandavam pra gente, o Conselho pode ajudar? Por isso que digo que um movimento institucionalizado tem outra força, não que o movimento popular não tenha força, pois parou um plano, mas o diálogo com o poder público, da articulação, de ter uma prerrogativa, ou seja delibera, natureza consultiva, fiscalizadora, ou seja tem um outro lugar, tem um poder ali institucional. O governo pode de repente dizer, não quero olhar pra esse movimento popular, Crespo não fez isso várias vezes? Pode fazer passeata, carreata, eu mando coxinha pra vocês, mas to nem aí. Ele tentou fazer isso com o Conselho e não conseguiu, por causa do Ministério Público, ai ele tentou constituir o Conselho de outro jeito, porque ele sabia que aquele lugar era institucional, então havia um poder ali.

Em suma, a organização dos processos referentes ao monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Sorocaba, necessita para o novo decênio, de ações com começo meio e fim,



assim como ocorreu na elaboração do Plano, onde tanto Executivo, como C.M.E.SO, estiveram buscando o mesmo objetivo, mesmo que para tanto os posicionamentos tenham apresentado entraves e debates, que ao término e ao cabo, visavam a educação de qualidade.

O monitoramento e avaliação da educação do PME sob o olhar da Equipe Técnica de Sorocaba/SP

Em Sorocaba, terminada a elaboração do PME, promulgada a Lei nº 11.133, de 25 de junho de 2015, os trabalhos sugeridos pelo governo federal prosseguem. O Plano Municipal deve prever e determinar os momentos estratégicos para realizar uma avaliação das ações e das atividades que estão sendo desenvolvidas e analisar os resultados que estão sendo alcançados com o objetivo de poder redirecionar as estratégias de execução (Brasil, 2005). É fundamental que concluída a tramitação e aprovada a Lei do PME, os trabalhos voltados para o monitoramento e avaliação do PME se iniciem. Para tanto Sorocaba constitui a primeira Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME em 11/11/2016 pela Portaria SEDU nº 32/2016- Publicada no Jornal do Município.

Na entrevista com o respondente três (R3), as questões 3 e 5 aproximam-se do eixo 1 (Controle Social), as questões 1, 2, 6 e 8 se aproximam do eixo 2 (Gestão democrática e participação), as questões 4 e 7 se aproximam do eixo 3 (Mecanismos e estratégias de gestão democrática). Questionado sobre a adesão à assistência técnica para monitoramento e avaliação dos Planos de Educação/SASE/MEC., se esta ocorreu? De que forma? R3 responde:

R3: A gente seguiu todas as orientações que foram encaminhadas pelo Ministério da Educação. O Ministério da Educação investiu no PME, então criou pela UNDIME, que é a União dos Dirigentes Municipais, tem a nacional, mas eu me refiro ao estado de SP, porque eu estava no estado de São Paulo, a UNDIME, selecionou formadores. A cada polo da UNDIME tinha um formador, que eram os Avaliadores e quem fomenta o movimento. Então eles convocavam os técnicos e os Secretários, davam formação e alimentavam o sistema, que o MEC criou (PNE em Movimento), e tinha um sistema dentro da Educação Básica, que eles alimentavam e davam devolutivas dessas formações, inclusive esses profissionais que foram selecionados pela UNDIME/SP. O nosso aqui, em Sorocaba, era o professor Celso Iversen, que era supervisor de ensino do estado, e é Secretário há muitos anos, ainda é, já foi Secretário de duas cidades, mas acho que vai parar agora (risos), ficou 16 anos como Secretário, ele era nosso formador, ai tinha um cronograma que tínhamos que cumprir, e apresentar as etapas de fomento do monitoramento do Plano em nossa cidade. Isso foi feito, todas as formações, eu participei, não está no PA, porque isso ficava no Sistema, e eu não cheguei a imprimir, mas eu não acessava, o Celso apenas que tinha o acesso, e ele abriu para apresentação até de propostas de monitoramento, e era uma das metodologias. Eu apresentei a metodologia de Sorocaba, que a gente estava construindo, mas não consegui implementar, pois fui exonerado do cargo, indo para outro cargo.

As colocações de R3 nos mostra que a adesão foi sim realizada pelo município de Sorocaba, o trabalho se inicia de forma estruturada e focando em mecanismos (convocações para reuniões periódicas), e estratégias (formações e cronograma de ações), objetivando a gestão democrática das ações, assim formações sequenciais foram acompanhadas por R3, no intuito de direcionar os trabalhos junto a Equipe Técnica, e desenvolver o trabalho com atenção ao cronograma proposto e repassado pelo Avaliador responsável do município de Sorocaba. Porém a gestão democrática pressupões a ampla divulgação de ações, mecanismos e estratégias, assim como a participação social como consequência dessa divulgação. Esse aspecto não fica claro nas explanações do respondente de número 3. A exoneração do cargo citada por R3, pode ter sido um fator importante para que todo o processo realizado até então, estivesse de posse apenas da Equipe Técnica.

Desta forma, sabemos que as ações precisam ser aprendidas e apreendidas para a formação de sujeitos participativos, para tanto se faz necessário instrumentalizar tais sujeitos, e assim, ampliar a participação utilizando meios e formas democráticas de acesso a informação e participação. Com este viés os pesquisadores questionaram R3 quanto a formação técnica, a fim de saber se foi suficiente para o domínio da metodologia prevista. E a resposta obtida se desenvolveu a seguir com especial destaque a ausência de dados acessíveis que possibilitassem a gestão democrática e o controle social:

R3:Eu acredito que a formação técnica foi boa, subsidiou, auxiliou, deu norte, subsidiou com materiais, mas ela só pecou no sentido de trazer uma proposta mais pronta de como monitorar por meio dos indicadores, eu acho que ai falhou, deveria ter um sistema unificado pra que as prefeituras alimentassem esse sistema unificado dentro de uma metodologia pronta, considerando que a maior parte dos trabalhadores da educação, não são formados em estatística, na questão de ciências exatas, e mais do que isso, a gente percebia a fragilidade também nos aspectos da tecnologia, porque embora a gente ta falando de alguns anos atrás, a tecnologia já estava em alta, computador, internet, e infelizmente não tinha nenhum dispositivo tecnológico mais avançado, para que os municípios pudessem alimentar de forma mais concisa pra que esses dados de fato gerassem a transparência das metas que deveriam ser atingidas no prazo de 10 anos. Assim acredito que a formação foi boa, o material era bom, mas pecou na questão da estrutura do monitoramento e metodologia.

O município de Sorocaba, criou metodologia de referência para a região, com a proposta de organizar o trabalho, monitorar o plano, monitorar metas e estratégias e avaliar o plano, portanto mecanismos e estratégias de valor, mas diante deste trecho da resposta de R3, percebemos que o acompanhamento foi prejudicado pela ausência de dados reunidos:

R3:Tinha todo o conceito, cadernos livros de como fazer, de como movimentar, mas na hora de monitorar não tinha, então as metodologias foram propostas pelos municípios, só que para criar suas metodologias de monitoramento você tinha que primeiro criar indicadores dos seus municípios, e de equipamentos para alimentar os dados, acessar de forma fácil e



transparente, não ficar usando ferramentas do google, e não tinha. Por exemplo, no meu caso eu que criei essa metodologia aqui: organizar o trabalho, monitorar o plano, monitorar continuamente metas e estratégias, avaliar periodicamente o plano, ai criei ação, responsáveis, prazos, e observação. Essa metodologia foi criada por Sorocaba que foi compartilhada no polo Sorocaba-Itapetininga, e tinha outro município que também tinha uma proposta boa. E a luz desta proposta e do outro município, os 34 municípios do polo Sorocaba-Itapetininga, passaram a usar a mesma metodologia desenvolvida por Sorocaba, que é essa planilha que está no processo. Portanto fomos referência na questão do monitoramento e de criação de indicadores, ai nós começamos, a analisar prazos, situação, estratégias, essa metodologia foi criada pelo município, não vinha pronta pelo MEC, sem padrão e sem um sistema de tecnologia que pudéssemos sustentar e deixar isso de forma mais unificada pra que de fato os dados ficassem registrados num banco de dados, e poder acompanhar.

Para R3 ao ser questionado sobre a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação - PME, ter cumprido integralmente o fluxo de avaliação (questão 3), conforme Caderno de Orientações, este respondeu:

R3: Não, eu acho que cumprimos 2014, com a aprovação do plano, com todo movimento de 2014, cumprindo a risca quando o Ministério da Educação começou o movimento. Em 2015 sem dúvida dentro dos prazos legais, 2016 e em 2017 com a descontinuidade da equipe técnica da secretaria da educação e com mudanças constantes de Secretariado na última gestão e de prefeito também em 3 ocasiões e 9 secretários, isso se perdeu durante 4 ou 5 anos na Secretaria, a Equipe Técnica e a Secretaria da Educação pararam de monitorar.

Aqui o respondente compactua com a informação já revelada pelos pesquisadores, do número excessivo de mudanças de Secretários da Educação que impactaram diretamente na descontinuidade dos processos de monitoramento e avaliação do PME, assim como a gestão do prefeito Crespo sendo interceptada por dois movimentos de destituição do cargo, configura-se assim um panorama desfavorável, que explica, mas não justifica o descaso com o PME, afinal este é um documento que chega para garantir um “plano com força de lei , respeitado por todos os dirigentes municipais, resgata-se o sentido da continuidade das políticas públicas” (Brasil, 2005, p. 9). O diálogo entre a Equipe Técnica e a Comissão Coordenadora do Monitoramento e Avaliação da Educação do Município, base da quarta questão, foi esclarecida pelo respondente da seguinte forma:

R3: Na época como responsável pelo processo do PME, a equipe coordenadora pra nós era a equipe técnica, o que estávamos em via de execução que também preconizava o caderno do Ministério da Educação, era o Fórum, então a equipe técnica, seria pra nós a coordenadora tá?! Tanto é que ela é eleita e posteriormente nomeada, Alexandre fez parte. Sim era equipe técnica, e era a coordenadora.

Nesta fala de R3 se confirma o desvelamento dos pesquisadores sobre a ausência de Comissão Organizadora, a Equipe Técnica assumiu os trabalhos iniciais e a eleição do FME, que não se efetivou diante do desmonte do C.M.E.SO, causado pelo chefe do Executivo do

período. Nesse sentido a participação, as discussões e o acompanhamento das ações do monitoramento e avaliação do PME, foram comprometidas e até mesmo interrompidas. A Equipe Técnica tinha atribuições elencadas previamente pelo MEC, que contribuiriam com o monitoramento e Avaliação do Plano nos municípios, sendo assim a questão 5 pede para que o respondente resgate essas atribuições e elenque fragilidades e pontos fortes

R3: Estivemos fragilizados no item 5, a questão de divulgação; o item 7, que trata dos prazos, esses dois itens foram os mais fragilizados, o problema é que não houve a continuidade para poder avaliar os demais itens, até onde caminhamos, as duas mais fragilizadas foram a 5 e a 7, – 5- Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação e Comissão Coordenadora do PME entender; VII – Verificar prazos e o período de avaliação, VIII – Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos; IX – Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir a meta; X – Realizar outras ações pertinentes e necessárias ao processo de monitoramento e avaliação do PME.

Sendo assim, divulgação e prazos, na opinião de R3, foram os itens mais fragilizados no processo, a divulgação inexpressiva não podemos deixar de associar com a ausência do Fórum Municipal de Educação, e os prazos com a troca significativa de Secretários da Educação do período. Quando questionado sobre as etapas previstas da metodologia (questão 6), R3 responde que não foram cumpridas exatamente como previstas e assim se posiciona:

R3: Não, por tudo que já citei, a descontinuidade, a quantidade de trocas de Secretários.

Um processo robusto como o PME, necessita de planejamento com prazos estabelecidos, gestão democrática, sociedade civil com ampla participação e espaços de voz e vez que efetivam o controle social. Enfocando especialmente formas de atuar democraticamente, a questão 7, leva o respondente a refletir e posicionar-se quanto a como você diria que a gestão da Equipe Técnica do PME foi democrática:

R3: Enquanto ela funcionou, eu daria 10, porque enquanto ela funcionou a gente seguiu mesmo o que preconizava as orientações do Ministério da Educação, a gente fez a eleição, entre os pares, os envolvidos, então até onde caminhou seria 10, como não diz do começo ao fim. Até o trabalho de 2017 estava indo muito bem, fomos referência, Celso (avaliador), nos deu parabéns pela metodologia de Sorocaba, e eu tinha um time bom que pensava, pessoas da universidade, que colaboravam, havíamos chamado a TI que tava já desenvolvendo, estava com Francisco que era professor da FATEC, um cara muito bom dessa área de exatas e estatística, um cara que entendia de IBGE, sabe o cara que conhece de ciências sociais, sabia muito fazer as construções de indicadores, que não é fácil, então estávamos muito engatados e de forma muito democrática, tanto é que eu tinha as universidades públicas e as particulares, consegui trazer gente até do “contra” pra somar, e a gente trabalhava mesmo, sem ficar discutindo se o Pannunzio



é chato, estávamos focados no trabalho, e com direcionamentos de trabalho para cada um do grupo colaborar.

Numa reflexão a respeito do que foi vivenciado em Sorocaba, na oitava questão o entrevistado é provocado a pensar e propor o que poderia ser melhorado nos trabalhos conduzidos pela Equipe Técnica, e expõe:

R3: A descontinuidade do trabalho, foi o que inviabilizou o trabalho, também a quebra de governo, não só a quebra de governo, e mudanças dos chefes do Executivo, porque quando mudou o chefe do executivo, só pra você ter uma ideia, eu fiquei quase dois anos com os prefeitos: Crespo e Jaqueline, e sentei em 17 mesas diferentes, fui nomeado pra 4 cargos diferentes, até na época o Leandro brincava sobre quem teve mais nomeação e exoneração (risos), se era eu ou era ele, e acabou que passei ele. Bem isso, impactou todo o movimento do PME, na minha opinião é que ele depende muito do poder Executivo, pra que ele de fato aconteça na cidade, então isso foi uma das inviabilidades, e o CME que deveria junto com o Executivo conduzir essas ações, se politizou demais e deixou de exercer a sua função, que era o de, junto com a SEDU, monitorar o plano. Assim na politização do CME o diálogo foi rompido, e não estou aqui falando como Secretário, mas como condutor dos trabalhos na época. Houve até momentos que o prefeito Crespo quis a dissolução de membros do CME, então toda a crise política vivenciada em Sorocaba por 4 anos, impactou muito a continuidade do monitoramento. O segundo ponto de dificuldade, a estrutura física da prefeitura, todos os envolvidos no monitoramento do plano dependem da estrutura física, e principalmente a parte de TI, tem suas limitações, então não conseguia dar uma resposta tecnológica, rápida pra solução de algumas demandas do monitoramento, uma delas alimentar o sistema, tornar o sistema acessível à população, e por ai vai, até por isso a equipe técnica não continua.

Observadas as falas dos três respondentes, percebemos pontos em comum que deflagram a ausência de algumas ações sugeridas pelo Caderno de Orientações para o Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação, sendo que “a sociedade precisa saber se as metas estão sendo atingidas e se as estratégias estão realmente contribuindo para isso, assegurando a transparência e o controle social do plano” (Brasil, 2016a). Durante a entrevista nota-se situações apresentadas pelos respondentes que apontam para possíveis ações indutoras de um processo mais democrático, participativo e com menor número de enfrentamentos, para que se desenvolva de forma legítima, observamos a seguir:

Quadro: Ações indutoras de gestão democrática para o fluxo de monitoramento e de avaliação do PME Sorocaba/SP:

CONTROLE SOCIAL	GESTÃO DEMOCRÁTICA-PARTICIPAÇÃO	MECANISMOS E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	ENFRENTAMENTOS
Efetivação do Fórum Municipal de Educação	Realizar chamada pública	Formação da equipe técnica	Atuação do poder executivo Baixa divulgação
Acompanhamento (cobrança) Nacional do processo.	Parceria do Poder Executivo	Preservação de documentos.	Desconhecimento: falta de informação e formação.

Conselho Municipal de Educação como agente mobilizador.	Alinhamento de ações com governo federal.	Infraestrutura-banco de dados	Ausência de apoio para trabalhos complementares
or número de cadeiras tas no C.M.E.SO, frente de notório saber, ituídas pelo Secretário Educação.	or autonomia para o I.E.SO no enciamento de ações.	Instrução de cadores	Grande alternância de Secretários durante vigência do PME.
pos institucionalizados		ursos financeiros.	Ausência de relatórios anuais de Monitoramento e Avaliação do PME.
es mobilizadoras da iedade civil.		ursos Tecnológicos.	Desmante do C.M.E.SO.
		ola divulgação para a iedade civil.	Desaparecimento de documentos.
			Maioria de membros do Conselho indicados do Executivo.
			Desmante político Nacional-sem cobrança de efetividade dos municípios.
			Formação de 3 Equipes Técnicas, ao longo da vigência.
			Ausência de Sistema Unificado.
			Ausência de dados das demais instituições de ensino do município

Fonte: Elaborado pela autora.

Os itens elencados exigem engajamento da Secretaria da Educação do município de Sorocaba/SP na realização das fases do processo, e não menos importante, na formação e informação da sociedade civil, em parceria com o C.M.E.SO, para que possam estar aptos a participar e contribuir efetivamente com o controle social, no sentido de acompanhar as metas e estratégias do PME Sorocaba/SP. Os enfrentamentos evidenciados são elementos para reflexão de formas de superação e resultados mais eficazes.

A partir dos pontos destacados reflete-se sobre possibilidades, caminhos e estratégias para que no desenvolvimento do monitoramento e avaliação do PME-Sorocaba/SP possa ser mais efetivo e eficaz.

Percebe-se a busca da Equipe Técnica por autonomia das ações com o estabelecimento do FME, porém as influências das relações de poder impactam de forma negativa as etapas que deveriam ocorrer, com o enfrentamento do Chefe do Executivo.

Tal ação compartilhada propõe situações para além de instabilidades políticas, próprias dos governos. O PME deve assim continuar com suas etapas de monitoramento e avaliação, acompanhadas pelos interesses da sociedade civil, que deve exercer o controle social e garantir o atingimento das metas ou a busca por esse objetivo. A melhoria da gestão

democrática no transcorrer dos movimentos de monitoramento e avaliação do PME-Sorocaba/SP, não se faz de maneira isolada, na verdade, se faz no diálogo, na superação dos conflitos e principalmente numa construção a muitas mãos, ou seja, coletiva. Segundo Almeida e Locatelli (2021), essa compreensão se distancia de qualquer ato que privilegie a verticalidade das relações e que se estabeleça de forma impositiva.

Na definição de democracia colocada por Adrião e Camargo no início da pesquisa, no que tange ao método, este deve garantir a cada um dos participantes igual poder de intervenção e decisão, criando mecanismos que facilitem a consolidação de iguais possibilidades de opção e ação diante dos processos decisórios. Para além dos vários Secretários da Educação em menos de dez anos, para além da falta de banco de dados, se faz necessário a ampla divulgação e formação da sociedade civil em grupos instituídos, a fim de promover mecanismos e estratégias que perpassem governos e descontinuidades pontuais.

Considerações finais

Ao explorar as práticas de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Sorocaba/ SP, este estudo de base qualitativa, objetivou analisar ações de monitoramento e avaliação do PME Sorocaba/SP, sob a perspectiva de atores envolvidos. Em linhas gerais conclui-se que no processo de monitoramento e avaliação do PME do município de Sorocaba/SP, grandes desafios são observados, durante sua vigência, que podem comprometer a eficácia das metas e estratégias a serem cumpridas, assim como a implementação de políticas públicas e o controle social. Afinal, o PME é um instrumento que estreita compromissos entre Administração Pública e a sociedade no que tange a educação pelo período de dez anos.

No que diz respeito a gestão democrática, a condução do processo foi conturbada pelos debates e embates expostos pelos entrevistados, como: a alternância de Secretários da Educação, e até mesmo alternância do chefe do Executivo do município de Sorocaba/SP. Portanto, após as leituras e entrevistas, na observação dos dados, evidenciou-se fragilidades quanto ao Conselho Municipal de Educação, quanto a mobilização da sociedade civil, quanto a indisponibilidade de dados e por consequência observa-se a descontinuidade do fluxo de monitoramento, do fluxo de avaliação e dos encaminhamentos para correção das metas previstas do documento (PME) do município de Sorocaba /SP, pautadas na dimensão do controle social, no período de 2015-2020.

Acreditamos que o estudo e a identificação das melhores práticas e/ou a falta delas, podem promover a tomada de decisões e orientar o caminho para uma educação de qualidade, inclusiva e igualitária na cidade de Sorocaba, e talvez impactar outras cidades do país, afinal



o Plano Municipal de Educação com suas características inerentes de planejamento e continuidade nos encaminha para o objetivo do planejamento educacional, como bem coloca Bordignon (2009), refletir sobre a realidade educacional que temos para transformá-la e promover a educação cidadã que sonhamos.

O âmbito do monitoramento e avaliação de planos decenais é campo profícuo a ser ampliado e aprofundado em novas pesquisas acadêmicas, a fim de subsidiar o debate público sobre a educação, com um viés participativo e democrático.

Referências

- ALMENARA, G. V. R. *O Conselho Municipal de Educação de Sorocaba/SP: A gestão democrática e a busca pela qualidade socialmente referenciada*. Dissertação (Mestrado em Educação - 140 f.) Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba/SP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10552> Acesso em: 17 dez. 2023.
- ALMEIDA, G. F.; LOCATELLI, C. *A gestão democrática nos Planos Municipais de Educação: compromissos e realizações dos municípios na região Norte do Tocantins*. *Jornal de Políticas Educacionais* V. 15, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/ediils/Downloads/80827-333018-1-PB.pdf> Acesso em 02 dez. 2023.
- AQUINO, R. B. *O Fórum Municipal de Educação (FME) e o “monitoramento” do Plano Municipal de Educação (PME) de Dourados – MS*. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisnaepae.net.br/numero7/Comunicacao/EIXO1PDF/24RaquelBiancoAquinoE1.pdf>. Acesso em: 06 set. 2023.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 2011.
- BORDIGNON, G.. *Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Cidadã; 3). Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3082/1/FPF_PTPF_12_079.pdf. Acesso em 19 out. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Clodoaldo José de Almeida Souza. *Documento Norteador para Elaboração de Plano Municipal de Educação – PME*. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2005. 98 p. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2006/elabpne.pdf> Acesso em: 23 ago. 2023.
- CORREIA, M. V. C., *Que Controle Social? Os conselhos de Saúde como Instrumento*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000, 162 p. ISBN: 978-85-7541-522-1. Available from: doi:10.7476/9788575415221. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/qycmp/epub/correia-9788575415221.epub>. Acesso em 2 de out. 2023.
- CURY, C. R. J. *Sistema Nacional de Educação. Desafio para uma Educação Igualitário e Federativo*. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 25 de nov. de 2023.
- FARIA, C. E. *Participação e controle social: a experiência do Conselho de Educação do Distrito Federal*. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política. 116f. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2126> Acesso em: 28 nov. 2023.



LIMA, P. G.; ARANDA, M. A. de M.; LIMA, A. B. de. Políticas educacionais, participação e gestão democrática da escola na contemporaneidade brasileira. *Revista Ensaio*. Belo Horizonte - MG, v. 14, n. 01, p.51-64, jan.-abr./2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epec/v14n1/1983-2117-epec-14-01-00051.pdf> Acesso em: 29 set. 2023.

LIMA, A. B. Conselhos de Educação, Movimentos Sociais e Controle Social. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 1, n. 1, p. 28-46, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6443/2635> Acesso em 12 de nov. de 2023

SILVA, P. R. S., O Conselho Municipal De Educação de Porto Feliz/Sp: Intercorrências da Gestão Democrática. Tese de Doutorado, 2021. Ufscar-Campus-Sorocaba. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15208> Acesso em: 15 jun. 2023.

